
Monitor inclusivo e o trabalho com surdos no ensino superior: orientações e práticas

ADRIANA MOREIRA DE SOUZA CORRÊA*

EGLÊ KATARINNE SOUZA DA SILVA**

ERICA DANTAS DA SILVA***

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o papel dos monitores inclusivos e as práticas relatadas na literatura científica sobre as atividades desenvolvidas por esses recursos humanos que podem favorecer o aprendizado dos estudantes surdos. Para tanto, este trabalho organiza-se na perspectiva de uma pesquisa exploratória (quanto ao objetivo) bibliográfica (no que se refere às fontes de pesquisa), com dados analisados em uma abordagem qualitativa. Os resultados indicam que o monitor inclusivo para surdos tem como função atuar junto ao professor da disciplina favorecendo o acesso ao conteúdo. Nas experiências relatadas, o trabalho teve como enfoque o acesso do surdo ao texto escrito, contudo, nesse processo, é necessário que esse monitor desenvolva a Língua Brasileira de Sinais para que a sua atuação deixe de ser dependente da mediação do Tradutor Intérprete de Libras.

Palavras-chave: ensino superior; monitoria inclusiva; surdos.

* Mestra em ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professora de Libras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: adriana.moreira@professor.ufcg.edu.br

** Mestra em Sistemas Agroindustriais pelo Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Gestora da Escola Cidadã Integral Técnica Cristiano Cartaxo. E-mail: eglehma@gmail.com

*** Mestra em ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), especialista em docência do Ensino Superior pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

I Introdução

A participação do surdo como estudante no ensino superior gerou a necessidade de as universidades repensarem as práticas de interação e aprendizado voltadas a atender esse público. Isso porque o surdo se configura como uma minoria linguística usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, por isso, precisa de adaptações que favoreçam o acesso ao conhecimento e informações através da percepção visual e da língua de sinais.

Nesse processo, diferentes profissionais são relevantes entre eles, os professores, monitores e os Tradutores Intérpretes da Libras (TIL). No que concerne ao professor, este profissional tem a função de planejar as situações de ensino, implementá-las e avaliá-las (QUADROS, 2004); o monitor da disciplina acompanha as atividades e é orientado pelo professor para apoiá-lo no processo de ensino (NUNES, 2007); ao TIL cabe a função de mediar as interações realizadas para os surdos (usuários da Libras) e os ouvintes (usuários da Língua Portuguesa) (QUADROS, 2004) (BRASIL, 2010).

A motivação para a realização dessa pesquisa decorre do questionamento de alguns estudantes e professores a uma das autoras desse escrito sobre o trabalho que deve ser realizado por uma vertente da monitoria – a monitoria inclusiva - e, em face dessas inquietações surgiu o interesse pelo aprofundamento sobre essa temática e a socialização das reflexões oriundas das leituras e discussões entre as autoras com os leitores desse artigo.

Para efeito desse estudo, centraremos nas atividades realizadas pelos monitores inclusivos de surdos que são profissionais voltados a atender as particularidades da pessoa surda no que se refere ao seu aprendizado. Em função dessa especificidade,

surgiu o interesse por investigar as atividades desenvolvidas por esses monitores e, diante disso, delimitamos como objetivo desse estudo compreender o papel dos monitores inclusivos e as práticas relatadas na literatura científica sobre as atividades desenvolvidas por esses estudantes. Acreditamos que essas práticas podem favorecer o aprendizado dos estudantes surdos.

Assim, pautada na classificação de Prodanov e Freitas (2013), essa pesquisa caracteriza-se como exploratória quanto aos objetivos; bibliográfica, no que se refere ao procedimento de coleta de dados; e qualitativa, quanto à abordagem e à análise dos dados.

Inicialmente, buscamos realizar pesquisas na perspectiva da Revisão Sistemática da Literatura, todavia, ao analisar os textos que retornavam nas buscas, notamos um número restrito ou inexistente de ocorrências do termo (monitor inclusivo) nos artigos buscados. Além disso, nesses textos, o monitor inclusivo era apenas citado como um recurso humano para favorecer a acessibilidade em detrimento de delinear o seu perfil e o seu trabalho. Diante disso, empreendemos uma pesquisa bibliográfica buscando nas referências dos textos disponibilizados na *internet* que foram fruto de publicações em anais de eventos e em revistas científicas.

Para tecer as considerações presentes nesse estudo, selecionamos três textos que versam sobre as práticas desse agente de inclusão e selecionamos três abordagens, sendo a primeira ocorrida em um instituto federal, a segunda em uma universidade estadual e a terceira em uma universidade federal.

Para a composição do texto elencamos os seguintes tópicos: 1) Acessibilidade no ensino superior, em que discorreremos sobre os conceitos que envolvem a promoção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; 2) Monitor Inclusivo no ensino superior, em que delimitamos o papel e a atuação desse agente de acessibilidade; 3) Monitor Inclusivo para surdos, na qual destacamos as experiências das três instituições de ensino superior que compõem esse escrito.

2 Acessibilidade no Ensino Superior

A educação brasileira pauta-se nos princípios da Educação Inclusiva que pressupõe a proposta de atividades de ensino que atendam as particularidades de aprendizado de todas as pessoas (MANTOAN, 2015). Para isso, a Educação Especial busca ofertar os serviços de apoio e tecnologias voltadas à eliminação de barreiras no acesso à socialização e à aprendizagem dos estudantes público-alvo dessa modalidade de ensino (BRASIL, 2011). São consideradas barreiras, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), Lei nº 13.146/2015, no Art. 3º, Inciso IV, como:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, p. 1).

A legislação supracitada categoriza seis tipos de barreiras, são elas: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015). Entre elas, notamos que aquelas que incidem com maior intensidade no acesso dos surdos aos espaços sociais e ao conhecimento são as barreiras atitudinais e na comunicação.

O EPD explica que a barreira atitudinal se refere às atitudes e aos comportamentos dos interlocutores que possam limitar ou mesmo impedir a participação da pessoa em determinado espaço social ou atividade que esteja em desenvolvimento. Dessa maneira, entendemos que o desconhecimento sobre a singularidade linguística do surdo pode contribuir para que essas barreiras linguísticas existam e, portanto, a promoção da acessibilidade perpassa a identifica-

ção das necessidades desse estudante e a disponibilização de profissionais (como o TIL e o monitor inclusivo), bem como de recursos imagéticos e em Libras que ampliem a participação do surdo nas atividades propostas na universidade (BRASIL, 2015).

As barreiras na comunicação, tratando-se do surdo, relacionam-se à anterior, pois implicam na limitação, obstáculo ou inviabilidade no acesso às informações e à construção do conhecimento que podem ser geradas por ausência de recursos de acessibilidade nas comunicações e nos sistemas e tecnologias de informação.

Ainda de acordo com o EPD (BRASIL, 2015), essa barreira pode ser causada pela ausência de recursos de acessibilidade aos sistemas tecnológicos ou por atitudes dos interlocutores que interagem com os surdos. Logo, notamos que essa última envolve a utilização inadequada das línguas (Libras e Língua Portuguesa) e linguagens (especialmente as linguagens visuais) seja nas interações presenciais ou naquelas mediadas pelas tecnologias digitais.

Na educação básica, os serviços da Educação Especial incluem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2011), uma atividade que deve ser realizada no contraturno das aulas de maneira a possibilitar a participação do estudante na sala inclusiva em condições de equidade e autonomia. Para o surdo, esse serviço é organizado em três momentos didáticos: AEE de Libras, voltado ao ensino desse sistema de comunicação aos surdos que desconhecem ou usam essa língua de maneira limitada; AEE para ensino em Libras, que visa ampliar os conhecimentos dos surdos a fim de que eles participem das discussões na sala regular; e o AEE para o ensino da Língua Portuguesa (escrita).

O ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita segue a intencionalidade de ampliar os espaços de acesso ao conhecimento pelo surdo que deve, no seu processo educativo, ser orientado e ensinado a posicionar-se como um sujeito bilíngue usuário da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa como segunda língua. Isso pode ser observado na Lei da Libras

que, ao mesmo tempo que reconhece essa língua de sinais como sistema linguístico da comunidade surda brasileira, ressalta a relevância do surdo em interagir por meio da Língua Portuguesa na modalidade escrita (BRASIL, 2002).

Assim, em função da perda auditiva, o surdo tem a necessidade de interagir por meio de duas línguas que são expressas em modalidades distintas e isso se torna um desafio adicional no processo de interação e de aprendizagem. Desse modo, os serviços de apoio destinados a esses estudantes são voltados para a superação das barreiras de comunicação, portanto, entre os profissionais voltados a realização desse trabalho no âmbito escolar, destacamos o monitor inclusivo e o mediador linguístico entre a Libras e a Língua Portuguesa, que é o TIL (BRASIL, 2010).

O TIL é um profissional de apoio à comunicação (BRASIL, 2010), logo, sua função no processo educacional é viabilizar a passagem das informações proferidas pelos usuários da Língua Portuguesa para os usuários da Libras. Dessa forma, sua função está voltada para a interação entre surdos e ouvintes como também para a construção do conhecimento pelo surdo em Libras, de maneira a proporcionar a igualdade de oportunidades de acesso à educação, como pressupõe o Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015).

Já o monitor inclusivo não se configura como um profissional especializado, tendo em vista que é um educador em formação, mas o seu papel é relevante para o processo de aprendizagem dos estudantes que necessitam desse serviço. De acordo com Stefano Dias, participante da pesquisa realizada por Gonzalez (2020) na Universidade Federal do ABC (UFABC), os letores, os audiodescritores e os TILs são profissões consolidadas no mercado e que precisam ser consideradas na contratação de recursos humanos para favorecer a acessibilidade. Já o monitor inclusivo é uma modalidade de monitoria voltada para promover a igualdade de oportunidades entre os estudantes, conforme descreveremos a seguir.

3 Monitor inclusivo no Ensino Superior

A monitoria inclusiva ou monitoria especial é uma modalidade de exercício da monitoria vinculada aos Núcleos de Acessibilidade existentes nas Instituições de Nível Superior. De acordo com o Decreto nº 7.611, no Art. 5º, § 5º, “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011, p. 2).

A esses núcleos estão vinculados profissionais de apoio, TILs e outros especialistas que atuam na promoção de atividades e práticas de acessibilidade nas universidades. Além desses profissionais, há os monitores inclusivos que têm um papel diferente de outros educadores, pois, de acordo com a pesquisa de Gonzalez (2020, p. 156) na UFABC, “[...] a ideia não era que o monitor fosse um segundo professor, mas sim alguém que oferece acessibilidade. [...]. Então, pensamos numa monitoria inclusiva, que são alunos que também estudam na universidade e que vão ajudar os alunos com deficiência a realizar algumas atividades”.

Diante do exposto, entendemos que o trabalho desenvolvido pelo monitor inclusivo não é substitutivo à função do docente ou dos profissionais especializados. É uma ação que se configura como complementar aos serviços anteriormente descritos e que visa ampliar a oferta de atividades em igualdade de oportunidades aos demais estudantes.

Telles e Mendonça (2022, p. 996), definem que “Entende-se como Monitoria Inclusiva um recurso pedagógico de apoio ao ensino, que possibilita o acompanhamento individual do aluno com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), no que se

refere aos conteúdos do currículo”. O objetivo dessa monitoria, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), segundo os autores, é estimular a cooperação entre o professor, o monitor inclusivo e o estudante com deficiência nas atividades desenvolvidas, a fim de favorecer os processos de ensino e de aprendizagem.

Dessa forma, é requerido que o monitor inclusivo tenha cursado a disciplina que atuará junto com o professor da sala regular, para que tenha adquirido conhecimentos que contribuam no atendimento do estudante que necessita desse serviço. Para isso, é relevante que ele receba a orientação do docente da disciplina cursada, de maneira que esse professor possa orientar os procedimentos pedagógicos que favoreçam o acesso ao conteúdo pelo estudante atendido por essa modalidade da monitoria (TELLES; MENDONÇA, 2022).

Entre as funções desses mediadores no IFRO durante o ensino remoto estavam: o suporte ao professor e aos estudantes com deficiência no acesso à plataforma na qual aconteciam as interações e as atividades; o auxílio aos discentes no acesso e na resolução das atividades propostas pelo professor; a identificação das barreiras à aprendizagem; a contribuição com o professor na busca por alternativas a essas barreiras; e a produção de um relatório semestral com as atividades desenvolvidas. Entretanto, além das atividades de ensino, os monitores inclusivos, junto com os estudantes com deficiência, participaram de eventos acadêmicos que discutiram aspectos voltados à promoção de igualdade de oportunidades desses discentes em diferentes situações de ensino.

Função semelhante é relatada por Felipe (2016, p. 38) ao definir a monitoria inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) como um:

Projeto criado com o objetivo de propiciar ao discente com deficiência acompanhado pelo NAPNE [Núcleo de Apoio às

Pessoas com Necessidades Educativas Especiais] um suporte em relação ao ensino-aprendizado no semestre matriculado. O aluno bolsista faz um reforço escolar, discutindo dúvidas e auxiliando nos estudos do conteúdo apresentado em sala de aula.

No IFRO e IFCE, a função do monitor inclusivo está relacionada diretamente à aula. Contudo, na UFABC a monitoria inclusiva é abrangente e compreende três áreas de ação:

[...] 1. O **acompanhamento presencial em sala** com objetivo de incluir o aluno com deficiência na realização de atividades de rotina que podem ser apresentadas a ele como barreira. Trata-se de um serviço de suporte à execução de atividades rotineiras. 2. A **adaptação de material acadêmico** utilizado pelos alunos com deficiência, como a digitalização e adaptação digital de obras da bibliografia, confecção de materiais em relevo e outros materiais disponibilizados pela UFABC. 3. **Elaborar e discutir estratégias, propostas e ações que visam as políticas afirmativas de inclusão, o princípio da autonomia e diminuição das barreiras existentes aos alunos PAEE** (BENITEZ, 2018, p. 241, grifos nossos).

Nos anos seguintes, na UFABC, foram implementados os cursos que envolveram a comunidade acadêmica e cujas temáticas eram propostas a partir da observação das demandas emergentes das interações na universidade. Diante dessa variedade de possibilidades de ação, após a capacitação que indica a forma de atuação na monitoria inclusiva, os monitores inclusivos foram direcionados a realizarem os serviços de uma das áreas citadas anteriormente que são o acompanhamento discente, produção de material didático ou gestão de ações inclusivas (GONZALEZ, 2020).

Notamos, assim, que as instituições de ensino, a partir das suas demandas, organizam as atividades da monitoria inclusiva de maneiras diferenciadas, pois, ao passo que essa ação compreende a organização de recursos didáticos, o ambiente educacional e as práticas de ensino, torna-se possível ao monitor inclusivo ter uma

visão ampla sobre as estratégias para a superação das barreiras de acesso aos espaços, recursos e atividades de ensino.

Um ponto a ser considerado nessa análise é que a experiência relatada no IFRO remete às práticas durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e que o relato da UFABC, publicado em 2020, deve se referir às práticas de ensino presenciais, o que pode ser inferido por meio das próprias atividades relatadas, quanto pelo período de publicação do capítulo de livro desse relato.

A partir dessa explanação, entendemos que, tratando-se do surdo, o monitor inclusivo pode aprender e contribuir para a superação das barreiras de comunicação das seguintes maneiras: 1) com o uso da Libras; 2) com a intersecção de outras linguagens no processo de construção do conhecimento; 3) com o trabalho articulado com o professor e com o TIL durante o processo comunicativo. Além disso, pode ampliar o entendimento sobre o surdo e contribuir para minimizar as barreiras atitudinais que os estudantes podem vivenciar nesse processo porque, por também ser um estudante da instituição, tem uma forma singular de perceber o contexto (limitações e possibilidades à aprendizagem) e identificar alternativas de superação. Outrossim, ao interagir com o surdo, esse estudante pode servir de modelo para as demais pessoas com as quais convive ao demonstrar que as possibilidades de interação com o surdo são baseadas na Libras e na visualidade.

Na mesma pesquisa, Gonzalez (2020) ressalta a experiência de uma docente que ao entrar em contato com a descrição de imagens realizada por uma colega de um estudante cego passou a internalizar essa prática de uso da leitura e da escrita. Diante disso, acreditamos que a presença dessas práticas, ao serem aprendidas pelos estudantes, professores e funcionários da universidade podem ser disseminadas tanto na Instituição de Ensino Superior quanto em outros espaços sociais nos quais as pessoas que se apropriaram desse conhecimento possam vir a interagir com outros surdos ou outras pessoas com deficiência.

Nesse processo, é essencial diferenciar as práticas inclusivas das assistencialistas. Segundo um monitor inclusivo participante da pesquisa de Gonzalez (2020, p. 157): “O primeiro ímpeto que a gente tem é ajudar. E, como você não está preparado para ajudar, você vai no sentido mais assistencialista possível. E, na maioria das vezes, essa não é a pedagogia correta. Você tem que ajudar a pessoa a ser autônoma”.

Para superar as práticas assistencialistas, a equipe de acessibilidade da UFABC refletiu sobre as suas ações a partir da percepção dos monitores e dos próprios estudantes atendidos. Desse modo, o processo avaliativo e de elaboração de outras práticas foi colaborativo e construído considerando as singularidades encontradas no processo.

É relevante ressaltar que a monitoria inclusiva se trata de uma atividade de inserção recente nas práticas do ensino superior e, portanto, as funções e as possibilidades que podem ser oferecidas por esse serviço precisam ser reconhecidas para que o professor, o estudante e o monitor inclusivo atuem de maneira colaborativa, a fim de promover o desenvolvimento do discente que se beneficia desse serviço.

Desse modo, entendemos que o monitor inclusivo é orientado para atender as necessidades do estudante no que se trata das barreiras vivenciadas em função da deficiência. Entretanto, é relevante construir, junto com o discente atendido, caminhos para que o acesso ao conhecimento se desenvolva mediante as preferências e as possibilidades desse educando. Em outras palavras, é preciso estar atento às orientações dos professores, às experiências relatadas na literatura científica pesquisada e, principalmente, na observação sobre o desenvolvimento do discente e sobre os *feedbacks* desse estudante atendido pela monitoria inclusiva.

A seguir, buscamos analisar uma das vertentes da monitoria inclusiva que é aquela voltada ao atendimento do surdo.

4 Monitor inclusivo para surdos

Entre os estudos desenvolvidos, notamos que o monitor inclusivo pode atuar com estudantes do ensino superior ou com educandos do ensino médio. Diante disso, apresentamos as experiências de três instituições que envolvem estudantes do ensino superior. Ressaltamos que a monitoria inclusiva é citada em outros textos científicos e editais, contudo, optamos por discutir, nessa seção, apenas os textos que apresentassem ações e reflexões dos monitores inclusivos sobre as suas práticas no trabalho com o estudante surdo.

A primeira é a experiência de monitoria inclusiva para surdos que ocorreu no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Natal Central (CNAT), no segundo semestre de 2018. As atividades foram realizadas por estudantes de Física dessa instituição, por meio de um projeto coordenado pelo NAPNE desse Instituto e visou ensinar conteúdos de Física para que os estudantes do ensino médio tivessem igualdade de oportunidades de acesso ao conhecimento nas aulas desse componente curricular (SILVA *et al.*, 2019).

Conforme relatam os autores, no processo de ensino, os licenciandos de Física buscaram identificar as dificuldades dos estudantes surdos e, eventualmente, precisaram retomar conhecimentos matemáticos que eram necessários para o entendimento dos conceitos relacionados à Física, tais como noções de tempo, compreensão sobre o espaço e entendimento de matemática financeira. De acordo com os autores, a defasagem no aprendizado dos conteúdos do currículo decorreu da ausência de TILs nas etapas anteriores da Educação Básica (SILVA *et al.*, 2019). Diante disso, entendemos que a monitoria inclusiva para surdos precisa envolver

usuários da Libras ou mediadores linguísticos que possibilitem que o conhecimento seja acessado nessa língua de sinais.

Para promover atividades pautadas no uso de recursos visuais, os licenciandos em física do IFRN utilizaram “[...] régua, fita métrica, calculadora, entre outros. Além de materiais de matemática, como escala cuisenaire, geoplano, materiais de laboratório como massas de ferro, transferidor, quadro, pincel, *softwares* entre outros” (SILVA *et al.*, 2019, p. 10).

No decorrer da experiência, os monitores inclusivos do IFRN contribuíram com os estudantes surdos no ensino de conteúdos e se apropriaram de práticas de ensino que podem auxiliá-los no ensino em classes com surdos por ocasião da sua prática educacional. Nessa experiência, esses monitores desenvolveram habilidades que minimizam as barreiras na comunicação e, conseqüentemente, favorecem o aprendizado. Dessa forma, além da inserção do TIL nos momentos em que foram realizadas atividades de ensino, a visualidade presente nos recursos e procedimentos didáticos foi essencial para o aprendizado dos surdos (SILVA *et al.*, 2019).

No âmbito da interação, os monitores inclusivos destacam ser relevante: posicionar-se de frente ao surdo ao interagir com ele, para que esse estudante perceba a movimentação facial e corporal do professor, além de utilizar a Libras e também meios alternativos à comunicação, como expressões do rosto e corpo. No que se refere ao planejamento e à execução das atividades de ensino, os monitores citam ser necessário: adaptar os recursos materiais para serem acessíveis visualmente; utilizar recursos imagéticos como pinturas e desenhos para facilitar o entendimento do conteúdo e a interpretação dos textos; utilizar a escrita associada às imagens; priorizar o uso de textos que sejam acessíveis em Libras (SILVA *et al.*, 2019).

A segunda experiência analisada ocorreu na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em que os monitores inclusivos (chama-

dos na instituição de monitores especiais) são estudantes preferencialmente do mesmo curso do discente surdo e que, realizam:

[...] estudos conjuntos; visando dirimir dúvidas a respeito de vocabulários e da gramática da língua portuguesa, dada a especificidade da Língua Brasileira de Sinais, bem como suprimir dúvidas que possam advir da compreensão do intérprete de Libras durante aulas, eventos, reuniões com professores e com orientadores; retextualização compartilhada de textos etc. (RODRIGUERO; GALUCH; SILVA, 2021, p. 9).

As autoras supracitadas citam que os monitores especiais da UEM, nas 12 horas semanais destinadas à essa tarefa ainda mantêm uma rotina de estudos, produzem trabalhos acadêmicos, acompanham os estudantes monitorados nas pesquisas na biblioteca e participam de reunião com coordenador/orientador do Programa de monitoria especial. Nesse trabalho é citada ainda a experiência de retextualização da dissertação de uma estudante surda da pós-graduação, realizada pela monitora inclusiva, para que o registro escrito produzido por essa pela discente surda (que é usuária da Língua Portuguesa como segunda língua) se adequasse ao registro formal dessa língua que é veiculado na academia.

Notamos, assim, que a monitoria inclusiva na universidade perpassa a graduação e a pós-graduação e o seu trabalho envolve tanto o acesso às informações em Libras pela pessoa surda quanto abrange a adaptação dos conhecimentos produzidos pelos estudantes surdos para que sejam acessíveis aos ouvintes, como ocorreu no processo de ajustes realizados na escrita da dissertação da estudante surda.

A terceira experiência é relatada por Conceição, Silva e França (2021) e compreende ações realizadas pelo Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *Campus* de Vilhena. O texto traz vários relatos de monitores, entre eles, apresenta as percepções de duas monitoras

especiais que realizaram atividades com surdos. A primeira é a monitora especial, Jéssica Bittencourt França, que trabalhou com um estudante surdo entre os anos de 2018 e 2019. Inicialmente, essa monitora não era fluente em Libras e, por isso, o seu trabalho foi acompanhado por um TIL para ampliar o acesso aos conteúdos abordados pelo docente. Nesse processo, ela diz que:

Percebendo o pouco entendimento do aluno com a Língua Portuguesa, pude ajuda-lo nas adaptações realizadas, em textos apresentados pelos professores das disciplinas, as palavras complexas procurei alterar para sinônimos que aproximava ao entendimento do aluno, também utilizei recursos de vídeos com a janela em Libras. Utilizando a função de adaptar, facilitando a compreensão do aluno, que também evolui seus conhecimentos acadêmicos, assim, em momentos ociosos, ele estudava os textos das disciplinas, em seu celular, sempre perguntando os significados das palavras, exemplos, com atitudes e vontade de mudança. (CONCEIÇÃO; SILVA; FRANÇA, 2021, p. 90).

A monitora afirma ainda que essa experiência possibilitou o desenvolvimento do surdo na Língua Portuguesa e nos conhecimentos expressos nessa língua ao tempo que contribuiu para que ela aprendesse a Língua de Sinais. Desse modo, conclui que a experiência favoreceu o seu desenvolvimento pessoal e profissional à medida que passou a compreender as barreiras atitudinais e linguísticas vivenciadas pelos surdos e, com esse conhecimento pode envidar esforços para incluir os surdos nas atividades de ensino e/ou outros momentos que ocorram em espaços sociais diversos (CONCEIÇÃO; SILVA; FRANÇA, 2021).

A segunda experiência relatada por Conceição, Silva e França (2021) se refere à vivência de Elayne Barbosa, monitora especial que atuou no suporte à uma estudante surda em 2019. De acordo com a monitora, a referida estudante tinha pouco conhecimento da Libras e apresentava dificuldades no registro da Língua Portuguesa na modalidade escrita. O suporte dado pela monitoria

ocorreu na adaptação dos textos. Contudo, o relato presente no estudo de Conceição, Silva e França (2021) não especifica quais seriam essas adaptações.

Diante das discussões presentes nos textos que envolvem as experiências do IFRN, da UEM e da UNIR, compreendemos que a monitoria inclusiva pode envolver estudantes de graduação para contribuir no processo de ensino de estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior, seja na graduação ou na pós-graduação, portanto, perpassa os níveis de ensino, conforme pressupõe a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Nesse processo, a articulação entre os professores e outros educadores que promovem a educação inclusiva é evidente e, para isso, é preciso que cada um esteja ciente da sua responsabilidade nas atividades de ensino dos estudantes atendidos. Desse modo, é relevante que os professores, monitores, TILs e profissionais especializados compartilhem as suas percepções sobre os estudantes e busquem, na literatura científica e na análise das práticas, alternativas para promover a igualdade nas oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes.

Ao analisar as práticas desenvolvidas, identificamos que a atuação do monitor inclusivo não dispensa a promoção do AEE quando necessário. Com base no caso relatado por Elayne Barbosa, monitora especial da UEM, que afirmou que a estudante atendida por ela tinha dificuldades na expressão em Libras e na Língua Portuguesa, entendemos que complementar os atendimentos da monitoria com a oferta do AEE para ensino de Libras seria uma forma de ampliar as possibilidades de internalização e expressão do conhecimento em nesse sistema linguístico.

Dessa forma, o AEE seria ofertado por profissionais especializados e poderia favorecer a compreensão da discente sobre os conteúdos sinalizados pelo TIL, seja nas aulas ou nos momentos de atuação da monitoria inclusiva, bem como favoreceria a intera-

ção dessa estudante com outros surdos universitários ou surdos presentes em espaços sociais frequentados por essa estudante. É recomendado ainda o AEE para o ensino da Língua Portuguesa (na modalidade escrita) com vista a ampliar o acesso da estudante surda aos conteúdos propostos na universidade.

Notamos ainda que o monitor inclusivo que atua com surdos precisa interagir com esse estudante que é usuário da Libras, por isso, nos surge a seguinte indagação: seria relevante que esse monitor, além de ter cursado a disciplina que acompanha o discente surdo também tivesse cursado a disciplina de Libras? Acreditamos que sim. Todavia, ressaltamos que independente do seu contato inicial com essa língua, o monitor inclusivo para surdos necessita receber um acompanhamento ou formação continuada na Libras para aprimorar a fluência nessa língua de sinais.

Enfim, acreditamos que a monitoria inclusiva pode contribuir com a realização de adaptações razoáveis e com a melhoria na qualidade do ensino ofertado aos estudantes do ensino superior. De acordo com o EPD, no Art. 3º, Inciso VI, as adaptações razoáveis são:

[...] adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais; (BRASIL, 2015, p. 1).

Desse modo, entendemos que as adaptações razoáveis implicam na mudança do olhar do monitor inclusivo sobre a sua prática laboral, sobre a interação com o surdo e na promoção da acessibilidade na universidade e em outros espaços sociais. Com essa vivência, é possível desenvolver conhecimentos que ampliem a participação dos surdos a partir da minimização de barreiras e a promoção de práticas inclusivas.

5 Considerações finais

Esse artigo visou discutir a acessibilidade no ensino superior, com ênfase no trabalho desenvolvido pela monitoria inclusiva, especificamente, o monitor inclusivo para surdos. Esse suporte oferecido pelos Núcleos de Acessibilidade visa ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes público-alvo dessa ação afirmativa à medida que busca desenvolver atividades de acesso aos conteúdos ministrados em diferentes disciplinas.

As ações da monitoria inclusiva podem perpassar desde a Educação Básica até o Ensino Superior e ocorrer na graduação ou na pós-graduação de diferentes Instituições de Ensino Superior, tais como: Universidades Federais, Universidades Estaduais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia entre outras. No que se refere ao surdo, essa ação está ligada, predominantemente, ao uso da Libras, isso porque esse estudante se caracteriza como uma minoria linguística usuária dessa língua de sinais, que interage com as pessoas e internaliza o conhecimento através da experiência visual.

A Língua Portuguesa, para esse grupo, se configura como uma segunda língua e, portanto, em função do nível de proficiência do estudante na produção escrita nesse sistema linguístico, ele pode precisar do suporte de outros agentes para a realização de ajustes no texto para que essa produção seja entendida pelos ouvintes.

Para que essa atividade seja realizada, é preciso que cada agente de acessibilidade (professores, profissionais especializados e monitores) compreenda o seu papel e busque atuar de maneira integrada para minimizar as barreiras atitudinais e na comunicação e, assim, possa favorecer o acesso do estudante nas práticas de ensino. Nesse processo, o estudo teórico, o planejamento colaborativo de ações, a observação e a socialização da prática desenvolvida e o *feedback* do estudante atendido são essenciais

para o desenvolvimento de atividades que contribuam com a formação do discente que recebe o serviço da monitoria inclusiva.

Dessa forma, o estudante que atua na monitoria inclusiva desenvolve conhecimentos e habilidades de interação que podem contribuir na sua vida pessoal e profissional. Já o estudante que se beneficia do serviço pode ampliar o conhecimento sobre as temáticas abordadas nas aulas e ter uma formação mais sólida na universidade.

Ressaltamos que ainda são poucos os trabalhos que citam a monitoria inclusiva para surdos e, por se tratar de uma vertente da monitoria que envolve o uso de duas línguas - a Libras e o Português – convidamos os leitores a investigarem a temática, de modo a ampliar as discussões sobre o tema e visibilizar essa ação promovida pela academia. Como trabalhos futuros pretendemos entrevistar surdos que se beneficiaram da monitoria inclusiva e ouvintes que atuaram como monitores inclusivos para identificar as limitações e as possibilidades de ação dos participantes desse programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 9 abr. 2022.

BENITEZ, Priscila *et al.* Transição entre ensino médio público e educação superior: discussão sobre o público-alvo da educação especial. In: PAVÃO, Ana Claudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. *Estratégias pedagógicas inclusivas na educação superior*. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2018. p. 227 – 251.

CONCEIÇÃO, Josimari dos Santos da; SILVA, Elayne Barbosa da; FRANÇA, Jéssica Bittencourt. *Atendimento Educacional Especializado na UNIR/Vilhena*: relato de experiência. In: As ciências humanas em uma abordagem multirreferencial. BATISTA, Fabiano Eloy Atílio (org.). Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. p. 86 – 93.

FELIPE, Kelma Freitas. Acessibilidade no ensino profissional tecnológico: uma descrição das ações de inclusão. *Revista Educação Artes e Inclusão*, v. 12, n. 1, p. 26 – 44, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/105965198431781212016026>

GONZALEZ, Tatiane. Universidade Federal do ABC. In: MENDES, Rodrigo Hübner. *Educação inclusiva na prática*: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

NUNES, João Batista Carvalho. Monitoria acadêmica: espaço de formação. In: SANTOS, Mirza Medeiros dos; LINS, Nostradamos de Medeiros. Apresentação. (orgs.). *Monitoria como espaço de iniciação à docência*: possibilidades e trajetórias. Natal: EDUFRN/ Editora da UFRN, 2007. p. 45-58.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico*: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. *O tradutor intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda; SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da. Educação inclusiva no ensino superior e Monitoria Especial: da legalidade à educação para a sensibilidade. *Revista Cocar*, v. 15, n. 32, p. 1-19, 2021.

SILVA, Jéssica Eduarda dos Santos. *et al.* A monitoria para alunos surdos e cegos no IFRN Natal Central: uma proposta para o ensino escolar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS, 6., Recife. *Anais [...]*. Recife: Instituto Internacional Despertando Vocações, 2019, p. 1 – 16. DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.2019.0183>.

TELLES, Livia Catarina Matoso dos Santos; MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. Monitoria remota inclusiva para os alunos com deficiência do IFRO campus Porto Velho Calama/RO. *Revista Conjecturas*, v. 22, n. 1, p. 994- 1006, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-550-113.